

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	25
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	27
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	28
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	23
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>23</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	65.905.208	64.211.836
1.01	Ativo Circulante	28.374.992	15.712.182
1.01.01	Disponibilidades	92	113
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	26.715.716	14.151.151
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	12.847.861	9.713.993
1.01.02.02	Aplicações em Depósito Interfinanceiros	13.867.855	4.437.158
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.493.372	1.398.865
1.01.03.01	Carteira Própria	1.388.114	1.293.971
1.01.03.02	Vinculados à Prestação de Garantias	105.258	104.894
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	-124.551	-123.043
1.01.07.01	Oper.Arrend.Merc. a Receber - Setor Público	8.779	9.553
1.01.07.02	Oper.Arrend.Merc. a Receber - Setor Privado	3.137.519	3.122.168
1.01.07.03	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-3.033.215	-3.025.661
1.01.07.04	Provisão p/Cred. de Arrend. Mercantil de Liq. Duvidosa	-237.634	-229.103
1.01.08	Outros Créditos	241.966	229.566
1.01.08.01	Rendas a Receber	3.280	3.678
1.01.08.02	Diversos	238.765	225.965
1.01.08.03	Provisão p/Outros Créditos de Liq. Duvidosa	-79	-77
1.01.09	Outros Valores e Bens	48.397	55.530
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	80.213	88.787
1.01.09.02	Provisões para Desvalorizações	-31.816	-33.257
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	27.363.847	38.426.336
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	27.015.447	38.065.022
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	27.015.447	38.065.022
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	-212.429	-212.773
1.02.06.01	Oper.Arrend.Merc. a Receber - Setor Público	2.442	3.991
1.02.06.02	Oper.Arrend.Merc. a Receber - Setor Privado	4.235.545	4.272.988
1.02.06.03	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-4.237.312	-4.276.362
1.02.06.04	Provisão p/Cred. de Arrend. Mercantil de Liq. Duvidosa	-213.104	-213.390
1.02.07	Outros Créditos	560.220	573.411
1.02.07.01	Diversos	560.419	573.618
1.02.07.02	Provisão p/Outros Créditos de Liq. Duvidosa	-199	-207
1.02.08	Outros Valores e Bens	609	676
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	609	676
1.03	Ativo Permanente	10.166.369	10.073.318
1.03.01	Investimentos	36.593	35.953
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	29.136	28.496
1.03.01.03.01	Participação em Coligadas - No País	29.136	28.496
1.03.01.04	Outros Investimentos	27.036	27.036
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-19.579	-19.579
1.03.02	Imobilizado de Uso	7.173	7.397
1.03.02.01	Imóveis de Uso	11.117	11.117
1.03.02.02	Reavaliação de Imóveis de Uso	13.939	13.939
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	155	155
1.03.02.04	(-) Depreciações Acumuladas	-18.038	-17.814
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	10.122.603	10.029.968

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1.03.03.01	Bens Arrendados	13.618.618	13.277.992
1.03.03.02	(-) Depreciações Acumuladas	-3.496.015	-3.248.024

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	65.905.208	64.211.836
2.01	Passivo Circulante	5.664.872	5.619.536
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.136.942	3.053.040
2.01.03.01	Recursos de Debêntures	3.136.942	3.053.040
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	166.103	169.914
2.01.07.01	FINAME	166.103	169.914
2.01.09	Outras Obrigações	2.361.827	2.396.582
2.01.09.01	Sociais e Estatutárias	335.884	335.884
2.01.09.02	Fiscais e Previdenciárias	498.917	463.942
2.01.09.03	Negociação e Intermediação de Valores	15	15
2.01.09.04	Diversas	1.527.011	1.596.741
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	51.254.472	49.799.075
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	48.764.160	47.509.386
2.02.03.01	Recursos de Debêntures	48.764.160	47.509.386
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	216.688	209.738
2.02.07.01	FINAME	216.688	209.738
2.02.09	Outras Obrigações	2.273.624	2.079.951
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	464.206	446.968
2.02.09.03	Diversas	1.809.418	1.632.983
2.05	Patrimônio Líquido	8.985.864	8.793.225
2.05.01	Capital Social Realizado	7.127.800	7.127.800
2.05.04	Reservas de Lucro	1.658.414	1.658.414
2.05.04.01	Legal	108.754	108.754
2.05.04.02	Estatutária	1.549.660	1.549.660
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.307	7.011
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	6.307	7.011
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	193.343	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.544.657	1.832.632
3.01.01	Operações de Crédito	15.785	8.144
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	1.062.898	912.685
3.01.03	Resultado de Oper.com Títs e Vlrs Mobiliários	1.465.974	911.803
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-2.179.901	-1.702.132
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-1.340.604	-940.205
3.02.02	Operações de empréstimos e Repasses	-6.190	-9.713
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-820.837	-720.028
3.02.04	Provisão p/Crédito de Liq. Duvidosa	-12.270	-32.186
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	364.756	130.500
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-25.405	-10.674
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-7.565	-5.914
3.04.04	Despesas Tributárias	-19.819	-9.633
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	12.009	11.648
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-10.669	-7.303
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	639	528
3.05	Resultado Operacional	339.351	119.826
3.06	Resultado Não Operacional	-9.868	-7.170
3.06.01	Receitas	560	815
3.06.02	Despesas	-10.428	-7.985
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	329.483	112.656
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-129.357	-61.641
3.09	IR Diferido	-6.783	14.799
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	193.343	65.814
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)		

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-599.842	-446.035
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	675.349	602.025
6.01.01.01	Provisão para Crédito de Liq. Duvidosa	12.270	32.186
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	816.179	717.918
6.01.01.03	Despesas com Prov. Cíveis, Trab e Fiscais	5.005	3.431
6.01.01.04	Resultado de Participações em Coligadas	-639	-528
6.01.01.05	Superveniência de Depreciação	-167.358	-155.989
6.01.01.06	Prejuízo na Alienação de Bens Arrendados	6.550	822
6.01.01.07	Reversão de provisão por desvalorização de ativos	3.342	0
6.01.01.08	Outros	0	4.185
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.604.674	-1.160.716
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Aplic.Interfin. de Liquidez	-1.514.990	-1.461.270
6.01.02.02	(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação	-97.211	121.082
6.01.02.03	(Aumento)/Redução outros Cred. e Outros Vlr e Bens	-5.925	29.289
6.01.02.04	(Aumento)/Redução em Oper.de Arrend.Mercantil	-11.106	-1.842
6.01.02.05	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	105.012	174.939
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-80.454	-22.914
6.01.03	Outros	329.483	112.656
6.01.03.01	Lucro Líq. Antes do Imp. de Renda e Contr. Social	329.483	112.656
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-741.994	-1.089.748
6.02.01	(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis p/Venda	1.999	212
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso e Arrendamento	-959.908	-1.263.224
6.02.03	Alienação de Imobilizado de Uso e Arrendamento	213.610	181.815
6.02.04	Aquisição de Bens não de Uso Próprio	-15.194	-21.657
6.02.05	Alienação de Bens não de Uso Próprio	17.499	13.106
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.341.815	912.820
6.03.01	Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão Títulos	1.338.676	938.805
6.03.02	Aumento/(Redução) em Obrigações Emprestit.Repasse	3.139	-25.985
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-21	-622.963
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	113	623.048
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	92	85

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldo Inicial	7.127.800	0	0	1.658.414	0	7.011	8.793.225
5.03	Saldo Ajustado	7.127.800	0	0	1.658.414	0	7.011	8.793.225
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	193.343	0	193.343
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-704	-704
5.13	Saldo Final	7.127.800	0	0	1.658.414	193.343	6.307	8.985.864

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldo Inicial	2.127.800	0	0	1.217.515	0	4.835	3.350.150
5.03	Saldo Ajustado	2.127.800	0	0	1.217.515	0	4.835	3.350.150
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	65.814	0	65.814
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-317	-317
5.13	Saldo Final	2.127.800	0	0	1.217.515	65.814	4.518	3.415.647

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.01	Receitas	2.523.859	1.797.621
7.01.01	Intermediação Financeira	2.544.657	1.832.632
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-12.270	-32.186
7.01.04	Outras	-8.528	-2.825
7.01.04.01	Resultado de Outras Despesas/Receitas	1.340	4.345
7.01.04.02	Resultado não Operacional	-9.868	-7.170
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.167.631	-1.669.946
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.342	-5.688
7.03.02	Serviços de Terceiros	-68	-93
7.03.04	Outros	-7.274	-5.595
7.03.04.01	Serviços do Sistema Financeiro	-298	-79
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicidade	-94	-364
7.03.04.03	Transportes	-78	-65
7.03.04.04	Jurídicas Processuais	-2.445	-2.442
7.03.04.05	Serviços Técnicos Especializados	-2.183	-1.464
7.03.04.06	Processamento de Dados	-1.238	-878
7.03.04.07	Apreensão de Bens	-843	-226
7.03.04.08	Outras	-95	-77
7.04	Valor Adicionado Bruto	348.886	121.987
7.05	Retenções	-223	-226
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-223	-226
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	348.663	121.761
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	639	528
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	639	528
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	349.302	122.289
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	349.302	122.289
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	155.959	56.475
7.09.02.01	Federais	153.870	54.673
7.09.02.03	Municipais	2.089	1.802
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	193.343	65.814
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	193.343	65.814

**Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do período findo em 31 de março de 2011, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O bom desempenho da Empresa está sedimentado na forma de atuação plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégias de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como implementando acordos operacionais com grandes fabricantes, principalmente nos setores de veículos pesados e de máquinas e equipamentos.

No final do período, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 193,343 milhões, correspondendo a R\$ 8.254,76 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 8,986 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 8,89%.

Em 31 de março, o total de Ativos somava R\$ 65,905 bilhões, destacando-se R\$ 53,731 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 7,022 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente e R\$ 4,191 milhões de Leasing Operacional a Receber. O saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 3,212 bilhões.

O total de Captações, em 31 de março, estava representado por R\$ 51,901 bilhões de Debêntures e R\$ 382,791 milhões de FINAME.

No período, a Bradesco Leasing, em consonância com o teor da Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores independentes não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 26 de abril de 2011.

**Diretoria**

## Notas Explicativas

### BRADESCO LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

##### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas informações financeiras trimestrais devem ser entendidas neste contexto.

##### 2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Incluem, estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável - *impairment* de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As Informações Financeiras Trimestrais foram aprovadas pela Administração em 26 de abril de 2011.

##### 3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

###### a) Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras trimestrais estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

###### b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "*pro-rata*" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

###### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

###### d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

###### e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de

## Notas Explicativas

preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

### f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos ("hedge") ou não.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, bem como, para o atendimento de solicitações de seus clientes, no sentido de administração de suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

### g) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

#### I- Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

#### II- Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações – Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

#### III- Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

#### IV- Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7h).

#### V- Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7h), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

#### VI- Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias .....	B
• de 31 a 60 dias .....	C
• de 61 a 90 dias .....	D
• de 91 a 120 dias .....	E
• de 121 a 150 dias .....	F
• de 151 a 180 dias .....	G
• superior a 180 dias .....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização ("accruall") destas operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

## Notas Explicativas

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

### h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias e prejuízo fiscal, são registrados na rubrica "Outros Créditos – Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação, é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. O crédito tributário sobre prejuízo fiscal será realizado de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

### i) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. São registrados no ativo de acordo com o princípio da competência.

### j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda e da redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

### k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Instituição.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações – 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos – 10% ao ano; sistema de transportes – 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados – de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

### l) Diferido

Registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear à taxa de 20% ao ano. A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas operações passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357 do BACEN.

### m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – (*impairment*)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - *impairment*, que é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável (apurado pelo: (i) seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

### n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e na Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 13a);

## Notas Explicativas

- Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Notas 13b e c); e
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações financeiras trimestrais. (Nota 13b).

### o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

## 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$-mil	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Disponibilidades em moeda nacional .....	92	113
<b>Total de disponibilidades (caixa) .....</b>	<b>92</b>	<b>113</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	-	-
<b>Total caixa e equivalentes de caixa .....</b>	<b>92</b>	<b>113</b>

## 5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

### a) Vencimentos

	R\$-mil						
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
						31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>							
<b>Posição bancada (1) .....</b>	<b>2.524.724</b>	<b>5.462.189</b>	<b>2.088.698</b>	<b>2.772.250</b>	<b>-</b>	<b>12.847.861</b>	<b>9.713.993</b>
Debêntures .....	2.524.724	5.462.189	2.088.698	2.772.250	-	12.847.861	9.713.993
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros:</b>		<b>4.559.981</b>		<b>9.307.874</b>	<b>27.015.447</b>	<b>40.883.302</b>	<b>42.502.180</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros .....	-	4.559.981	-	9.307.874	27.015.447	40.883.302	42.502.180
<b>Total em 31 de março 2011.....</b>	<b>2.524.724</b>	<b>10.022.170</b>	<b>2.088.698</b>	<b>12.080.124</b>	<b>27.015.447</b>	<b>53.731.163</b>	
<b>Total em 31 de dezembro 2010 .....</b>	<b>1.408.593</b>	<b>1.601.747</b>	<b>8.913.397</b>	<b>1.903.512</b>	<b>38.388.924</b>		<b>52.216.173</b>

(1) Prazo dos papéis que estão lastreando as operações.

b) As receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez acumuladas no período corresponderam ao montante de R\$ 1.428.975 mil (2010 – R\$ 883.928 mil) e estão registradas em resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos na "Demonstração do Resultado do Exercício". (Nota 6b).

## 6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

### a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	R\$ Mil								
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31 de março de 2011		31 de março de 2010		
					Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
<b>Títulos para negociação(3) .....</b>	<b>-</b>	<b>1.250.814</b>	<b>16.623</b>	<b>215.423</b>	<b>1.482.860</b>	<b>1.482.885</b>	<b>(25)</b>	<b>1.281.374</b>	<b>(6)</b>
Letras financeiras do tesouro .....	-	32.626	16.623	197.052	246.301	246.326	(25)	1.258.732	(6)
Certificados de depósito bancário .....	-	-	-	-	-	-	-	4.524	-
Debêntures .....	-	-	-	3.418	3.418	3.418	-	6.177	-
Letras do tesouro nacional .....	-	1.218.188	-	-	1.218.188	1.218.188	-	1.683	-
Notas do tesouro nacional .....	-	-	-	-	-	-	-	10.258	-
Outros .....	-	-	-	14.953	14.953	14.953	-	-	-
<b>Títulos disponíveis para venda .....</b>	<b>10.513</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.513</b>	<b>-</b>	<b>10.513</b>	<b>7.650</b>	<b>7.443</b>
Ações (4) .....	10.513	-	-	-	10.513	-	10.513	7.650	7.443
<b>Total em 31 de dezembro de 2011 .....</b>	<b>10.513</b>	<b>1.250.814</b>	<b>16.623</b>	<b>215.423</b>	<b>1.493.373</b>	<b>1.482.885</b>	<b>10.488</b>		
<b>Total em 31 de dezembro de 2010 .....</b>	<b>27.855</b>	<b>42.655</b>	<b>5.778</b>	<b>1.322.577</b>				<b>1.289.024</b>	<b>7.437</b>

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento exclusivos administradas pelo Conglomerado Bradesco, no montante de R\$ 1.377.601 mil (Março de 2010 – R\$ 1.176.598 mil), foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e, no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreando as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante, e

(4) Em 2011 foram realizadas perdas que não temporárias de R\$ 122 para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

## Notas Explicativas

### b) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Períodos findos em 31 de março – R\$ mil	
	2011	2010
Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	1.428.975	883.928
Títulos de renda fixa .....	2.642	2.149
Fundos de investimento .....	34.357	25.726
<b>Total .....</b>	<b>1.465.974</b>	<b>911.803</b>

### c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não possuía posição de instrumentos financeiros derivativos em 31 março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

#### Análise de Sensibilidade – Instrução CVM Nº 475/08

Como boa prática de governança de gestão de riscos, a Organização Bradesco possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais e o Novo Acordo de Capitais – Basileia II. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de riscos são validadas em Comitês específicos de negócios e submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme os objetivos das posições, as quais são segregadas nas seguintes Carteiras:

*Carteira Trading:* consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

*Carteira Banking:* operações não classificadas na Carteira *Trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

De acordo com a natureza das suas atividades, a empresa Bradesco Leasing Arrendamento Mercantil S/A possui em seu portfólio apenas operações *Banking* e não tem exposição a instrumentos financeiros derivativos.

Período	Cenários <sup>(1)</sup>	Carteira <i>Banking</i>			
		Fatores de Riscos		R\$ mil	
		Taxa de Juros em Reais	Renda Variável	Total sem correlação	Total com correlação
Mar11	1	(721)	(63)	(784)	(719)
	2	(216.172)	(1.577)	(217.749)	(216.053)
	3	(418.904)	(3.153)	(422.057)	(418.665)
Dez10	1	(797)	0	(797)	(797)
	2	(233.205)	0	(233.205)	(233.205)
	3	(452.223)	0	(452.223)	(452.223)
Set10	1	(382)	0	(382)	(382)
	2	(110.088)	0	(110.088)	(110.088)
	3	(211.399)	0	(211.399)	(211.399)
Jun10	1	(379)	0	(379)	(379)
	2	(109.212)	0	(109.212)	(109.212)
	3	(209.587)	0	(209.587)	(209.587)
Definição		Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cumpom de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação do preço de ações		

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

**Cenário 1:** Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.03.2011 o Índice Bovespa foi de 67.901 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.03.2011 foi de 12,30% a.a..

**Cenário 2:** Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.03.2011 o Índice Bovespa foi de 51.440 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.03.2011 foi de 15,37% a.a.. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços.

## Notas Explicativas

### Cenário 3:

Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 31.03.2011 o Índice Bovespa foi de 34.293 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 31.03.2011 foi de 18,44% a.a.. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

### 7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

#### a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada e podem ter as seguintes características:

- Arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra; e
- Arrendamento operacional, com cláusula que possibilita o cancelamento e asseguram ao arrendatário a opção pela aquisição do bem a qualquer momento, pelo valor de mercado.

#### b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

	R\$-mil	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Arrendamentos financeiros a receber .....	7.380.095	7.403.269
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber .....	(7.266.337)	(7.296.593)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquidas) .....	13.605.598	13.264.176
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros: .....	(3.485.784)	(3.238.141)
- Depreciações acumuladas .....	(6.245.967)	(5.836.030)
- Superveniência de depreciação .....	2.760.183	2.597.889
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 14b) .....	(3.211.645)	(3.108.620)
<b>Total do valor presente .....</b>	<b>7.021.927</b>	<b>7.024.091</b>

#### c) Carteiras e prazos

	Curso normal							Total (A)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31 de março de 2011	30 de dezembro de 2010	
Operações de arrendamento mercantil ....	367.540	302.693	289.338	809.387	1.403.008	3.372.799	6.544.765	6.583.533	
Outros créditos (1) .....	232	229	227	670	1.284	6.640	9.282	9.481	
<b>Total em 31 de março de 2011 .....</b>	<b>367.772</b>	<b>302.922</b>	<b>289.565</b>	<b>810.057</b>	<b>1.404.292</b>	<b>3.379.439</b>	<b>6.554.047</b>		
<b>Total em 31 de dezembro de 2010 .....</b>	<b>358.611</b>	<b>335.844</b>	<b>275.859</b>	<b>826.993</b>	<b>1.386.562</b>	<b>3.409.145</b>		<b>6.593.014</b>	

	Curso anormal					Total (B)	
	Parcelas vencidas					31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 720 dias		
Operações de arrendamento mercantil .....	19.342	16.704	10.130	18.095	12.448	76.719	69.233
Outros créditos (1) .....	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total em 31 de março de 2011 .....</b>	<b>19.342</b>	<b>16.704</b>	<b>10.130</b>	<b>18.095</b>	<b>12.448</b>	<b>76.719</b>	
<b>Total em 31 de dezembro de 2010 .....</b>	<b>17.459</b>	<b>14.717</b>	<b>9.039</b>	<b>15.770</b>	<b>12.248</b>		<b>69.233</b>

	Curso anormal						Total	Total Geral	
	Parcelas vencidas						Em	(A+B+C)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31 de março de 2011 (C)	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Operações de arrendamento mercantil ..	19.421	18.589	17.181	50.175	87.665	207.412	400.443	371.325	7.021.927
Outros créditos (1) .....	-	-	-	-	-	-	-	-	9.282
<b>Total em 31 de março de 2011 .....</b>	<b>19.421</b>	<b>18.589</b>	<b>17.181</b>	<b>50.175</b>	<b>87.665</b>	<b>207.412</b>	<b>400.443</b>		<b>7.031.209</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2010 .....</b>	<b>17.208</b>	<b>18.282</b>	<b>16.014</b>	<b>46.374</b>	<b>79.804</b>	<b>193.643</b>		<b>371.325</b>	<b>7.033.572</b>

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber; e

#### d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	R\$-mil			
	31 de março de 2011		31 de dezembro de 2010	
		%		%
Maior devedor .....	53.973	0,8	56.425	0,8
Vinte maiores devedores .....	488.898	7,0	473.328	6,7

## Notas Explicativas

## e) Setor de atividade econômica

	R\$-mil			
	31 de março de 2011	%	31 de dezembro de 2010	%
<b>Setor público</b> .....	<b>11.221</b>	<b>0,2</b>	<b>13.544</b>	<b>0,2</b>
Intermediários financeiros .....	11.221	0,2	13.544	0,2
<b>Setor privado</b> .....	<b>7.019.988</b>	<b>99,8</b>	<b>7.020.028</b>	<b>99,8</b>
<b>Indústria</b> .....	<b>1.265.289</b>	<b>18,0</b>	<b>1.277.121</b>	<b>18,2</b>
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica .....	286.931	4,1	284.641	4,0
Alimentícia e bebidas .....	204.876	2,9	213.603	3,0
Artigos de borracha e plásticos .....	113.965	1,6	116.784	1,7
Edição, impressão e reprodução .....	98.425	1,4	94.354	1,3
Extração de minerais metálicos e não metálicos .....	88.187	1,3	89.125	1,3
Móveis e produtos de madeira .....	79.365	1,1	82.383	1,2
Materiais não metálicos .....	82.490	1,2	81.112	1,2
Química .....	66.179	0,9	70.726	1,0
Têxtil e confecções .....	67.328	1,0	68.291	1,0
Autopeças e acessórios .....	41.134	0,6	41.234	0,6
Eletroeletrônica .....	36.905	0,5	36.979	0,5
Papel e celulose .....	28.633	0,4	29.583	0,4
Refino de petróleo e produção de álcool .....	21.153	0,3	22.559	0,3
Artefatos de couro .....	14.879	0,2	13.413	0,2
Veículos leves e pesados .....	12.793	0,2	11.794	0,2
Demais indústrias .....	22.046	0,3	20.541	0,3
<b>Comércio</b> .....	<b>1.503.132</b>	<b>21,4</b>	<b>1.483.797</b>	<b>21,1</b>
Produtos em lojas especializadas .....	473.114	6,7	477.878	6,8
Produtos alimentícios, bebidas e fumo .....	197.464	2,8	195.597	2,8
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores .....	136.306	1,9	134.210	1,9
Varejistas não especializados .....	127.466	1,8	128.965	1,8
Resíduos e sucatas .....	120.839	1,7	120.375	1,7
Artigos de uso pessoal e doméstico .....	68.027	1,0	68.405	1,0
Intermediário do comércio .....	71.260	1,0	66.990	1,0
Combustíveis .....	65.608	0,9	64.372	0,9
Veículos automotores .....	63.992	0,9	63.460	0,9
Atacadista de mercadorias em geral .....	56.098	0,8	56.557	0,8
Vestuário e calçados .....	56.089	0,8	41.845	0,6
Produtos agropecuários .....	10.170	0,1	10.276	0,1
Demais comércios .....	56.699	1,0	54.867	0,8
<b>Intermediários financeiros</b> .....	<b>16.720</b>	<b>0,2</b>	<b>17.405</b>	<b>0,2</b>
<b>Serviços</b> .....	<b>3.174.955</b>	<b>45,1</b>	<b>3.142.486</b>	<b>44,7</b>
Transportes e armazenagens .....	1.164.671	16,5	1.166.357	16,6
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas .....	703.001	10,0	706.891	10,0
Construção civil .....	551.612	7,8	534.182	7,6
Atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial .....	190.517	2,7	184.619	2,6
Serviços sociais, educação, saúde, defesa e seguridade social .....	173.900	2,5	166.074	2,4
Atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas .....	109.880	1,6	106.782	1,5
Alojamento e alimentação .....	64.722	0,9	65.890	0,9
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água .....	19.305	0,3	19.036	0,3
Telecomunicações .....	18.176	0,3	18.271	0,3
Demais serviços .....	179.171	2,5	174.384	2,5
<b>Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal</b> .....	<b>97.201</b>	<b>1,4</b>	<b>101.146</b>	<b>1,4</b>
<b>Pessoa física</b> .....	<b>962.691</b>	<b>13,7</b>	<b>998.073</b>	<b>14,2</b>
<b>Total</b> .....	<b>7.031.209</b>	<b>100,0</b>	<b>7.033.572</b>	<b>100,0</b>

## f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	R\$-mil										
	Saldo da Carteira				Provisão mínima requerida						% Mínimo Requerido
	Curso normal	Curso anormal	Total (3)	%	Específica (1)		Total		de 2010		
				Vencidas	Vencidas	Genérica (2)	31 de março de 2011	31 de dezembro	de 2010		
AA	110.529	-	110.529	1,5	-	-	-	-	-	-	
A	653.443	-	653.443	9,3	-	-	3.267	3267	3.293	0,5	
B	1.320.913	7.378	1.328.291	18,9	3	70	13.210	13.283	13.344	1,0	
C	4.225.115	118.360	4.343.475	61,8	243	3.308	126.753	130.304	130.290	3,0	
<b>Subtotal</b>	<b>6.310.000</b>	<b>125.738</b>	<b>6.435.738</b>	<b>91,5</b>	<b>246</b>	<b>3.378</b>	<b>143.230</b>	<b>146.854</b>	<b>146.927</b>		
D	130.934	89.938	220.872	3,1	963	8.030	13.093	22.086	20.398	10,0	
E	27.134	42.700	69.834	1,0	1.849	10.962	8.140	20.951	23.106	30,0	
F	25.530	37.238	62.768	0,9	3.155	15.464	12.765	31.384	30.993	50,0	
G	10.228	30.622	40.850	0,6	4.353	17.082	7.160	28.595	25.355	70,0	
H	50.221	150.926	201.147	2,9	39.964	110.962	50.221	201.147	195.998	100,0	
<b>Subtotal</b>	<b>244.047</b>	<b>351.424</b>	<b>595.471</b>	<b>8,5</b>	<b>50.284</b>	<b>162.500</b>	<b>91.379</b>	<b>304.163</b>	<b>295.850</b>		
<b>Total em 31 de março de 2011</b>	<b>6.554.047</b>	<b>477.162</b>	<b>7.031.209</b>	<b>100,0</b>	<b>50.530</b>	<b>165.878</b>	<b>234.609</b>	<b>451.017</b>			
%	93,2	6,8	100,0		11,2	36,8	52,0	100,0			
<b>Total em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>6.593.014</b>	<b>440.558</b>	<b>7.033.572</b>		<b>45.461</b>	<b>156.249</b>	<b>241.067</b>		<b>442.777</b>		
%	93,7	6,3	100,0		10,3	35,3	54,4			100,0	

## Notas Explicativas

- (1) Para as operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias;
- (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior;
- (3) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, e dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente; e

### g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$-mil	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
<b>Saldo inicial</b> .....	<b>442.777</b>	<b>426.319</b>
Constituição .....	12.270	32.901
Baixas .....	(4.030)	(16.443)
<b>Saldo final</b> .....	<b>451.017</b>	<b>442.777</b>
- Provisão específica (1) .....	216.408	201.710
- Provisão genérica (2) .....	234.609	241.067
<b>Recuperação de créditos baixados (3)</b> .....	<b>15.785</b>	<b>52.795</b>
<b>Renegociação de créditos no período</b> .....	<b>37.791</b>	<b>162.114</b>

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
- (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
- (3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

### h) O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

	R\$-mil	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Veículos e afins .....	8.352.280	8.162.539
Máquinas e equipamentos .....	3.802.899	3.757.973
Outros .....	1.345.978	1.246.334
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquida) (Nota 3g – IV).....	117.461	111.146
<b>Total de bens arrendados</b> .....	<b>13.618.618</b>	<b>13.277.992</b>
Depreciação acumulada de bens arrendados .....	(6.256.199)	(5.845.913)
Superveniência de depreciação (Nota 3g –V) .....	2.760.183	2.597.889
<b>Total da depreciação acumulada</b> .....	<b>(3.496.016)</b>	<b>(3.248.024)</b>
<b>Imobilizado de arrendamento</b> .....	<b>10.122.602</b>	<b>10.029.968</b>

A Bradesco Leasing apurou no período superveniência de depreciação no montante de R\$ 162.293 mil (Em 31 de dezembro de 2010 R\$ 646.610 mil) registrada em imobilizado de arrendamento R\$ (5.065) mil (2010 – R\$ (26.556) mil) classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 167.358 mil (2010 – R\$ 672.166 mil) em resultado do período.

## 8) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	R\$-mil	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Créditos tributários (Nota 22c) .....	341.453	348.235
Devedores por depósitos em garantia .....	376.074	365.197
Impostos e contribuições a compensar/recuperar .....	43.364	43.285
Pagamentos a ressarcir.....	18.279	20.498
Devedores por compra de valores e bens .....	9.282	9.481
Outros.....	10.732	12.887
<b>Total</b> .....	<b>799.184</b>	<b>799.583</b>

## 9) INVESTIMENTOS

- a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas":

	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no Capital social	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (2)		
			Ações	Cotas			%	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
<b>Empresas</b>											
Aquarius Holdings Ltda. (1) .....	32.658	57.518	-	6.368	19,500	958	11.216	11.029	187	657	
Serel Participações em Imóveis S.A.(1) ....	53.778	1.036.011	257	-	1,781	25.411	17.920	17.467	452	1.623	
<b>Total</b> .....							<b>29.136</b>	<b>28.496</b>	<b>639</b>	<b>2.280</b>	

- (1) Dados relativos a 31 de março de 2011; e
- (2) Ajuste decorrente de avaliação: considera os resultados apurados pelas companhias a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.

**Notas Explicativas**

b) Outros investimentos:

	R\$-mil	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Aplicações por incentivos fiscais.....	25.989	25.989
Títulos patrimoniais .....	2	2
Outros investimentos .....	1.045	1.045
<b>Subtotal.....</b>	<b>27.036</b>	<b>27.036</b>
Provisão para perdas em outros investimentos.....	(19.579)	(19.579)
<b>Total .....</b>	<b>7.457</b>	<b>7.457</b>

**10) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO**

	Taxa	Custo	Depreciação	R\$-mil	
				Valor residual	
				31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Imóveis de uso:					
- Terrenos .....		2.714	-	2.714	2.714
- Edificações .....	4%	22.342	(17.883)	4.459	4.683
Outras imobilizações de uso .....	20%	155	(155)	-	-
Imobilizado de Arrendamento.....		13.618.618	(3.496.015)	10.122.603	10.029.968
<b>Total em 31 de março de 2011.....</b>		<b>13.643.829</b>	<b>(3.514.053)</b>	<b>10.129.776</b>	
<b>Total em 31 de dezembro de 2010 .....</b>		<b>13.303.203</b>	<b>(3.265.838)</b>		<b>10.037.365</b>

**11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES**

A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	R\$-mil	
				Valor contábil	
				31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Junho/2002 (1) .....	1.200.000	2012	100% CDI	4.061.298	3.956.795
Fevereiro/2005 (2) .....	4.000.000	2025	100% CDI	8.396.422	8.180.369
Mai/2005 (3) .....	3.000.000	2011	104% CDI	3.136.942	3.053.040
Fevereiro/2005 (4) .....	4.050.000	2025	100% CDI	8.501.377	8.282.624
Fevereiro/2005 (5) .....	8.775.000	2025	100% CDI	18.419.650	17.945.686
Janeiro/2008 (6) .....	6.750.000	2028	100% CDI	9.385.413	9.143.912
<b>Total em 31 de março de 2011</b>	<b>27.775.000</b>			<b>51.901.102</b>	<b>50.562.426</b>

- (1) Sob no CVM/SRE/DEB/2002/036, nominativas, 1.200.000 (9ª emissão), com valor unitário de R\$ 1.000,00 com data de emissão em 1o de junho de 2002, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 1,2 bilhão com prazo de 10 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;  
Sob no CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005;
- (2) Sob no CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1o de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;
- (3) Sob no CVM/SRE/DEB/2005/029, simples, 30.000 (2ª emissão), com valor unitário de R\$ 100.000,00, com data de emissão em 1o de maio de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 3,0 bilhões, e com prazo de 6 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios semestralmente;
- (4) Sob no CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1o de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;  
Sob no CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão;
- (5) Sob no CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1o de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;  
Sob no CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão; e
- (6) Sob no CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

**Notas Explicativas****12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS**

							R\$-mil	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	31.03.2011	31.12.2010
FINAME .....	17.829	15.862	58.169	74.243	168.942	47.746	382.791	
<b>Total em 31 de março de 2011 .....</b>	<b>17.829</b>	<b>15.682</b>	<b>58.169</b>	<b>74.243</b>	<b>168.942</b>	<b>47.746</b>	<b>382.791</b>	
%.....	4,7	4,1	15,2	19,4	44,1	12,5	100,0	
<b>Total em 31 de dezembro de 2010 .....</b>	<b>18.321</b>	<b>31.269</b>	<b>44.516</b>	<b>75.808</b>	<b>170.396</b>	<b>39.342</b>		<b>379.652</b>
%.....	4,8	8,2	11,7	20,0	44,9	10,4		100,0

**13) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

## a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

## b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Bradesco Leasing é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas, levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

**I - Processos trabalhistas**

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de “horas extras”. Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

**II - Processos cíveis**

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for analisada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

**III - Obrigações legais – fiscais e previdenciárias**

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante, as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A principal questão é:

- CPMF – R\$ 97.732 mil (2010 – R\$ 96.454 mil): pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota “zero” de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nºs. 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

**IV - Movimentação das provisões**

	R\$-mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias (1)
<b>No início do período .....</b>	<b>212</b>	<b>56.129</b>	<b>179.125</b>
Atualização monetária .....	-	-	2.227
Constituições líquidas de reversões e baixas .....	71	2.707	-
<b>Em 31 de março de 2011.....</b>	<b>283</b>	<b>58.836</b>	<b>181.352</b>
<b>Em 31 de março de 2010.....</b>	<b>1.364</b>	<b>53.046</b>	<b>193.357</b>

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

## c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, e se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos correspondem a R\$ 33.892 mil (2010 – R\$ 42.555 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

## Notas Explicativas

### 14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias

	R\$-mil	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b) .....	181.352	179.125
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c) .....	734.060	691.182
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar .....	32.700	27.228
Impostos e contribuições a recolher .....	15.011	13.375
<b>Total</b> .....	<b>963.123</b>	<b>910.910</b>

#### b) Diversas

	R\$-mil	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Credores por antecipação de valor residual .....	3.211.645	3.108.620
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 13b) .....	58.836	56.129
Obrigações por aquisição de bens e direitos .....	18.278	5.892
Provisão para passivos contingentes – trabalhistas (Nota 13b).....	283	212
Outras .....	47.387	58.871
<b>Total</b> .....	<b>3.336.429</b>	<b>3.229.724</b>

### 15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 7.127.800 mil (2009 – R\$ 2.127.800 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 (2009 – 9.605) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

#### b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações	R\$ mil
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b> .....	<b>9.605</b>	<b>2.127.800</b>
Aumento por subscrição - AGE 14.06.2010 (1) .....	13.817	5.000.000
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b> .....	<b>23.422</b>	<b>7.127.800</b>
<b>Em 31 de março de 2011</b> .....	<b>23.422</b>	<b>7.127.800</b>

(1) Em 14 de junho de 2010 o BACEN homologou Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2010, deliberando aumentar o capital social em R\$ 5.000.000 mil, mediante a emissão de 13.817 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 361.879,77 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição, elevando-o de R\$ 2.127.800 mil para R\$ 7.127.800 mil.

#### c) Reservas de Lucros

	R\$-mil	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
<b>Reservas de lucros</b> .....	<b>1.658.414</b>	<b>1.658.414</b>
- Reserva Legal (1) .....	108.754	108.754
- Reservas Estatutárias (2) .....	1.549.660	1.549.660

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

#### d) Dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas, estão assegurados dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. Especificamente, para o período findo em 31 de março não foram provisionados/declarados dividendos aos acionistas. Os dividendos de 2009 e 2010, foram prorrogados para pagamento até o final do exercício de 2011, conforme Ata de Reunião da Diretoria de 23 de dezembro de 2010.

### 16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Períodos findos em 31 de março – R\$ mil	
	2011	2010
Emolumentos judiciais e cartorários .....	2.445	2.442
Serviços técnicos especializados .....	2.183	1.464
Processamento de dados .....	1.238	878
Serviços do sistema financeiro.....	298	79
Depreciações e amortizações .....	223	226
Propaganda, promoções e publicidade .....	94	364
Serviços de terceiros .....	68	93
Apreensão de bens .....	843	226
Outras .....	173	142
<b>Total</b> .....	<b>7.565</b>	<b>5.914</b>

**Notas Explicativas****17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

	Períodos findos em 31 de março- R\$ mil	
	2011	2010
COFINS.....	14.668	6.661
PIS.....	2.384	1.082
ISS.....	2.089	1.802
Outras.....	678	88
<b>Total.....</b>	<b>19.819</b>	<b>9.633</b>

**18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	Períodos findos em 31 de março – R\$ mil	
	2011	2010
Variações monetárias ativas/Atualiz.monetária dep. vinculados.....	9.264	7.730
Aditivos contratuais .....	2.477	3.662
Reversão de outras provisões operacionais.....	124	54
Outras.....	144	202
<b>Total.....</b>	<b>12.009</b>	<b>11.648</b>

**19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	Períodos findos em 31 de março – R\$ mil	
	2011	2010
Variações monetárias passivas .....	2.517	2.613
Outras provisões operacionais.....	2.815	956
Descontos concedidos .....	4.812	3.732
Outras .....	525	2
<b>Total.....</b>	<b>10.669</b>	<b>7.303</b>

**20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL**

	Períodos findos em 31 de março – R\$ mil	
	2011	2010
Resultado na alienação de outros valores e bens .....	(6.549)	(2.984)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens.....	(3.342)	(4.186)
Aluguéis .....	23	-
<b>Total.....</b>	<b>(9.868)</b>	<b>(7.170)</b>

**21) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR E EMPRESAS LIGADAS**

- a) As transações com controladores, empresas controladas e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticas com terceiros, e vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

	R\$ mil			
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
<b>Disponibilidades:</b>				
Banco Bradesco S.A .....	92	113	-	-
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros:</b>				
Banco Bradesco S.A .....	40.883.303	42.502.180	1.126.247	3.804.500
<b>Aplicações no mercado aberto:</b>				
Banco Bradesco S.A .....	12.847.861	9.713.993	302.729	828.652
<b>Dividendos:</b>				
Banco Bradesco S.A .....	(335.884)	(335.884)	-	-
Outras Coligadas .....	2.871	2.871	-	-
<b>Debêntures :</b>				
Banco Bradesco S.A .....	(51.137.556)	(49.819.298)	(1.318.278)	(4.442.433)
<b>Aluguel:</b>				
Banco Bradesco S.A .....	-	-	23	106

## b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembléa Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

## Notas Explicativas

### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

### Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária na Instituição em 31 de março de 2011:

Ações ordinárias .....	0,02%
Ações preferenciais .....	-
<b>Total de ações .....</b>	<b>0,02%</b>

## 22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Períodos findos em 31 de março – R\$ mil	
	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social .....	329.483	112.656
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (1) .....	(131.793)	(45.063)
<b>Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em coligadas .....	256	211
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis .....	(4.611)	(2.163)
Outros valores .....	8	173
<b>Imposto de renda e contribuição social do período .....</b>	<b>(136.140)</b>	<b>(46.842)</b>

(1) A alíquota da Contribuição Social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15% de acordo com a Lei nº 11.727/08, (nota 3h).

### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Períodos findos em 31 de março – R\$ mil	
	2011	2010
<b>Impostos correntes:</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos .....	(129.358)	(61.641)
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/(realização) no período, sobre adições temporárias .....	7.448	13.878
<b>Constituição/utilização de saldos iniciais de:</b>		
Prejuízo fiscal .....	(14.230)	921
Total dos impostos diferidos .....	(6.782)	14.799
<b>Imposto de renda e contribuição social do período .....</b>	<b>(136.140)</b>	<b>(46.842)</b>

### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2010	Constituição	Realização	Saldo em 31.3.2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	187.156	4.910	2	192.064
Provisão para contingências cíveis .....	22.451	1.042	-	23.493
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas .....	50.175	930	11	51.094
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos .....	4.877	-	-	4.877
Provisão para desvalorização de bens não de uso .....	12.517	1.337	1.913	11.941
Outros valores .....	25.669	1.268	113	26.824
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias .....</b>	<b>302.845</b>	<b>9.487</b>	<b>2.039</b>	<b>310.293</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social .....	45.390	-	14.230	31.160
<b>Total dos créditos tributários (Nota 8) .....</b>	<b>348.235</b>	<b>9.487</b>	<b>16.269</b>	<b>341.453</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas (Notas 14a e 22e) .....</b>	<b>691.182</b>	<b>43.416</b>	<b>538</b>	<b>734.060</b>
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas .....</b>	<b>(342.947)</b>	<b>(33.929)</b>	<b>15.731</b>	<b>(392.607)</b>

## Notas Explicativas

### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e crédito tributário de contribuição social MP nº 2.158-35.

Em 31 de março – R\$ mil

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	
2011 .....	61.002	35.863	31.160	<b>128.025</b>
2012 .....	62.758	36.916	-	<b>99.674</b>
2013 .....	58.284	34.655	-	<b>92.939</b>
2014 .....	6.646	3.947	-	<b>10.593</b>
2015 .....	6.342	3.765	-	<b>10.107</b>
2016.....	72	43	-	<b>115</b>
<b>Total .....</b>	<b>195.104</b>	<b>115.189</b>	<b>31.160</b>	<b>341.453</b>

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 320.712 mil (2010 - R\$ 328.010 mil) sendo, R\$ 290.125 mil (2010 - R\$ 283.593 mil) de diferenças temporárias e R\$ 30.587 mil (2010 - R\$ 44.417 mil) de prejuízo fiscal.

### e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 734.060 mil (2010 – R\$ 691.182 mil) são relativas à superveniência de depreciação R\$ 690.046 mil (2010 – R\$ 649.472 mil), atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 38.497 mil (2010 - R\$ 35.654 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 4.279 mil (2010 – R\$ 4.751 mil) e reserva de reavaliação R\$ 1.238 mil (2010 – R\$ 1.305 mil), respectivamente.

## 23) OUTRAS INFORMAÇÕES

- Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/07, a Bradesco Leasing está dispensada de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais encontram-se registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099, substancialmente, como imobilizado de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.
- O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da sociedade estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.
- Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:
  - Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
  - Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
  - Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); e
  - Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos  
Administradores  
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil  
Osasco - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Base para conclusão com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis intermediárias com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às Informações Trimestrais nº 7b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias da Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demais informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

#### Revisão dos valores correspondentes aos trimestres anteriores

As informações contábeis intermediárias correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro e ao trimestre findo em 31 de março de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios com ressalva sobre o mesmo assunto tratado acima no parágrafo "Base para a conclusão com ressalva" acerca do tratamento das operações de arrendamento mercantil, datados em 28 de janeiro de 2011 e 27 de abril de 2010, respectivamente

São Paulo, 26 de abril de 2011

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório    Zenko Nakassato  
Contador CRC 1SP212059/O-0    Contador CRC 1SP214007/O-2

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração do Diretor Presidente

Eu, Luiz Carlos Trabuco Cappi, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela KPMG Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao 1º trimestre de 2011, da Bradesco Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 26 de abril de 2011.

Luiz Carlos Trabuco Cappi  
Diretor Presidente

### Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Domingos Figueiredo de Abreu, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela KPMG Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao 1º trimestre de 2011, da Bradesco Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 26 de abril de 2011.

Domingos Figueiredo de Abreu  
Diretor Vice-Presidente e Diretor de RI

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Declaração do Diretor Presidente

Eu, Luiz Carlos Trabuco Cappi, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela KPMG Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao 1º trimestre de 2011, da Bradesco Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 26 de abril de 2011.

Luiz Carlos Trabuco Cappi  
Diretor Presidente

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Domingos Figueiredo de Abreu, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela KPMG Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao 1º trimestre de 2011, da Bradesco Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 26 de abril de 2011.

Domingos Figueiredo de Abreu  
Diretor Vice-Presidente e Diretor de RI